



Of. PR-DL 314/2022

Jundiaí, em 27 de setembro de 2022

Exmo. Sr.
Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Encaminho, por cópia anexa, a Moção n.º 377 de autoria da Vereadora Quézia Doane de Lucca, aprovada na 70.ª Sessão Ordinária, nesta data.

Grato pela gentil atenção, apresento respeitosas saudações.

FAOUAZ TAÇA
Presidente



MOÇÃO Nº 377/2022

APOIO ao Projeto de Lei n.º 2.352/2022, de autoria da Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC), que altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, para estabelecer que o laudo de diagnóstico que identifique o transtorno do espectro autista tenha validade indeterminada.

Considerando que o objetivo do Projeto de Lei n.º 2.352/2022 apresentado pela Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) é de garantir dignidade e respeito às pessoas autistas que buscam a legítima obtenção de benefícios do INSS, como na hora de requerer o Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros;

Considerando a dificuldade, demora e complexidade que os autistas têm para recorrer constantemente a laudos que contestam sua condição, o que os prejudica em seu desenvolvimento pessoal, social e no mercado de trabalho;

Considerando o transtorno causado pelo excesso de solicitações de comprovação de sua condição, conforme comentário da senadora autora do projeto: “Se o autismo é vitalício, não havendo quem seja ex-autista, por que razão os autistas, na busca de seus direitos, têm que periodicamente procurar médicos para obter novos laudos com os mesmos diagnósticos de sempre? Submeter-se a essa reavaliação periódica e demorada é algo que traz insegurança jurídica na concessão de direitos e profundo desconforto para os autistas, que por vezes podem até ter suspensos direitos que a lei lhes garante”,

Apresentamos à Mesa, na forma regimental, sob apreciação do Plenário, esta Moção de APOIO ao Projeto de Lei n.º 2.352/2022, de autoria da Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC), que altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, para estabelecer que o laudo de diagnóstico que identifique o transtorno do espectro autista tenha validade indeterminada, dando-se ciência desta deliberação ao Presidente do Senado e à autora do projeto.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 2022.

QUÉZIA DOANE DE LUCCA
Quézia de Lucca

Assinado digitalmente
por QUEZIA DOANE DE
LUCCA 290.781.978-03
Data: 16/09/2022 14:10

